Requerimento de Pedido de Pagamento em Prestações

(Débitos que não se encontrem em processo de Execução-Fiscal)

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Bragança

Identificação do(a) Requerente

Nome_____

Morada_____

Local _____Código Postal _____- _____

Data de nascimento ____/ ____/ _____BI/CC n.º _____NIF/NIPC n.º _____

Telefone(*)_____Telemóvel(*)_____E-mail(*) _____

Vem requerer a V. Exa. nos termos do n.º 2 do artigo H/12.º Capítulo IV do Código Regulamentar do Município de Bragança o pagamento em _____ prestações, no valor aproximado de cada prestação de _____€ referente a uma dívida de consumo de água, saneamento e de resíduos sólidos e urbanos, conforme e discriminado:

Número das faturas em dívida: _____

referentes ao mês e/ou meses: _____(*cf.* listagem anexa).

N.º(s) da(s) Instalação(ões): _____

Nome do titular do contrato: _____

Valor da dívida global: _____€ (inclui custas + juros de mora à data do pedido).

(*) – Obrigatório.

Fico ciente que o **incumprimento do pagamento de qualquer prestação** e/ou a falta de **pagamento de faturas posteriores** ao débito verificado nesta data implicará, nos termos do ponto 1 alínea h do artigo 84.º e do ponto 2 do artigo 123º do REMAS – Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento do Concelho de Bragança, conjugado com o artigo 5.º da Lei n.º 22/96, de 26 de julho, na redação dada pela Lei n.º 12/2008, de 26 de fevereiro, **o corte efetivo do fornecimento de água e o vencimento de toda a dívida**.

A ser aprovado o pedido fico ciente que até ao dia _____de cada mês tenho a obrigação do pagamento de uma prestação. A **1.ª prestação no mês de _____/_____ e a última prestação no mês de _____/_____**. Farei os possíveis para proceder ao pagamento integral da dívida antes destes prazos, caso a minha situação financeira o permita.

Tomada de conhecimento (aviso de privacidade)

Os dados pessoais recolhidos e facultados para tratamento do Município são os exclusivamente necessários, para a tramitação interna do processo, de acordo com o previsto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril e/ou ao previsto em legislação específica aplicável ao pedido formulado.

O tratamento de dados a cargo do Município de Bragança será efetuado em conformidade com a legislação em matéria de proteção de dados que se encontre em vigor.

O requerente (titular dos dados) é informado do seguinte:

O Responsável pelo tratamento é o Município de Bragança, sito no Forte S. João de Deus 5300-263 Bragança.

O Encarregado de proteção de Dados encontra-se no Forte S. João de Deus 5300-263 Bragança e pode ser contactado pelo correio eletrónico dpo@cm-braganca.pt.

A finalidade do tratamento de dados é a gestão contratual do fornecimento dos serviços de águas e saneamento, levados a cabo pelo Município de Bragança.

O fundamento legal para o tratamento dos dados é o cumprimento de obrigação legal e contrato de prestação de serviços.

Os destinatários dos dados recolhidos são os serviços municipais com competência para a análise e gestão do objeto do pedido, de acordo com a orgânica municipal em vigor. Os dados apenas serão transmitidos a outras entidades para cumprimento de obrigações legais às quais a Autarquia de Bragança se encontre obrigada.

A Conservação dos dados segue o aplicável ao tipo de dados e documentos em tratamento, nomeadamente o previsto no Regulamento Arquivístico para as Autarquias Locais ou outra, sempre que exista regulamentação específica.

Ao titular dos dados são garantidos o direito de acesso, de retificação, de apagamento, de portabilidade, de informação aquando de violação da segurança dos dados e de limitação e oposição ao tratamento dos dados recolhidos. Ao Titular dos dados é ainda reservado o direito de apresentar reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dado, enquanto Autoridade de Controlo.

A documentação apresentada quando considerada como documentos administrativos encontra-se sujeita ao cumprimento da legislação que regula o regime de acesso à informação administrativa.

Outras informações respeitantes ao tratamento de dados constam na Política de Privacidade do Município disponível no website www.cm-bragança.pt, em https://www.cm-braganca.pt/cmbraganca2020/uploads/writer_file/document/10621/politica_de_privacidade.pdf, pode ainda ser solicitada através do correio eletrónico dpo@cm-braganca.pt.

Pede deferimento,

Bragança, _____de _____de _____.

O(A) Requerente

_____
(Assinatura conforme documento de identificação civil)

Requerimento de Pedido de Pagamento em Prestações
(Débitos que não se encontrem em processo de Execução-Fiscal)

Documentos entregues:

- ☐ Atestado de insuficiência económica emitido pela respetiva Junta de Freguesia;
- ☐ Fotocópia do IRS / IRC do ano anterior e comprovativo de entrega junto da AT - Autoridade Tributária;
- ☐ Declaração do Rendimento Social de Inserção (que demonstre incapacidade de pagamento integral da dívida);
- ☐ Declaração do Centro de Emprego, dos membros do agregado familiar que se encontra situação de desemprego, quando aplicável;
- ☐ Outros documentos que considerem relevantes para a avaliação:

_____

Recebido e conferido pelo Trabalhador(a) do **Balcão Único** n.º _____

_____

____/____/____

Informação do Serviço de Taxas, Contraordenações e Metrologia:

O processo está devidamente instruído.

De acordo com o n.º 2 do artigo H/12.º Capítulo IV do Código Regulamentar do Município de Bragança (Diário da República, 2.ª série – N.º 138 de 20 de julho de 2016, **compete à câmara municipal autorizar o pagamento em prestações**;

Em reunião de Câmara Municipal de 17 de outubro de 2013, **foi delegado** no Exmo. Sr. **Presidente da Câmara Municipal**, **a competência atribuída à Câmara Municipal**, **prevista** no n.º 1 do artigo H/12.º do Código Regulamentar do Município de Bragança, concretamente quanto à matéria de autorização do pagamento em prestações.

A proposta de pagamento em prestações ora apresentada enquadra-se no âmbito do disposto no n.º 1 do artigo H/12 do Código Regulamentar do Município de Bragança
Assim, e de acordo com o suprarreferido **o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal**, **pode autorizar o pagamento do débito em prestações, no uso da competência que lhe foi delegada** pela Câmara Municipal em sua reunião ordinária de **17 de outubro de 2013.**

Em caso de deferimento do pedido e para controlo do mesmo junto, em anexo, plano de pagamento em conformidade com o proposto.

Assim, propõe-se o deferimento do pagamento em _____prestações nos termos suprarreferidos.

O(A) Funcionário(a)

____/____/____

Informação final para despacho		Despacho final
Visto. Concordo com a informação prestada. Ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara para despacho, no uso da competência que lhe foi delegada pela Câmara Municipal.		Autorizado o pagamento em prestações, nos termos da informação. Notificar o(a) requerente.
O Chefe de Divisão de Águas e Saneamento ____/____/____	O Diretor de Departamento Serviços e Obras Municipais ____/____/____	O Presidente da Câmara Municipal ____/____/____